Neoliberalismo e políticas sociais: o impacto na psicologia brasileira[1]

Oswaldo H. Yamamoto*

RESUMO. Este artigo constitui-se em uma introdução ao debate acerca do impacto da ideologia neoliberal nas definições e desenvolvimentos da psicologia como campo de atuação profissional no Brasil. São apresentadas as raízes e características da agenda neoliberal, configuradas algumas das evoluções da psicologia brasileira no que tange à busca de novos espaços e modalidades de ação e à redefinição das áreas tradicionais e discutidas as implicações para uma psicologia cujo *locus* privilegiado é a área do bem-estar, sob a política neoliberal.

Palavras-chave: neoliberalismo, *welfare state*, psicologia no Brasil.

Introdução

O dinamismo e o vigor da ideologia neoliberal são constatações que se impõem nos meios intelectuais e políticos – e tema para acalorado debate. Sob tal rótulo ou não, é fato patente e indiscutível que a agenda neoliberal marca sua presença – hegemônica – em nível planetário. E, enquanto um elemento nuclear desse programa, figura o processo de decomposição progressiva do atendimento público e estatal no setor social, seja em nações que, no passado, tiveram as suas políticas sociais estruturadas sob moldes institucionais-redistributivos keynesianos, seja em outras – como o Brasil – nas quais pontificam a debilidade na cobertura e os reduzidos graus de eficácia, sob o primado meritocrático-particularista (Cabral Neto, 1993; Draibe, 1993).

É nesse contexto que observamos, hoje, o evolver da psicologia no Brasil, buscando sair dos modelos tradicionais de atuação e criando práticas e espaços novos de ação – patenteados nos estudos mais recentes dos Conselhos de Psicologia (Conselho Federal de Psicologia, 1992, 1994; Conselho Regional de Psicologia-06, 1995).

O objetivo do presente estudo é introduzir o debate acerca das possibilidades de tais atuações sob as políticas neoliberais no Brasil. Divide-se este trabalho em quatro partes. Na primeira, são discutidos o estabelecimento e a crise do *welfare state*, ou estado do bem-estar; na segunda, rastreiam-se elementos que permitem configurar a ideologia neoliberal – condições de emergência e características; na terceira, delineiam-se alguns dos elementos constituintes da agenda neoliberal no campo das políticas públicas e, na quarta parte, são apon-

1 Uma versão inicial deste trabalho foi apresentada na mesa-redonda "Quebrando barreiras", na abertura do II Encontro Regional de Estudantes de Psicologia (EREP'95), em Natal (RN), dezembro de 1995.

* Docente do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Coordenador do Grupo de Pesquisa *Marxismo e Educação* (Diretório CNPq). Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo. E-mail: yamamoto@cchla.ufrn.br.

tadas algumas das implicações para o desenvolvimento da psicologia – formação e atuação – no contexto neoliberal.

As crises do nosso século: do *welfare state* ao neoliberalismo

Fala-se muito, hoje, na crise do socialismo. É inquestionável que a forma de transição socialista que conhecemos, o chamado "socialismo real", no leste europeu, entrou em colapso. Uma experiência que trazia consigo, na abertura deste século, a perspectiva da construção de um mundo qualitativamente diferente, esgota-se de maneira melancólica, demonstrando sua incapacidade de superar os limites do capital (Kurz, 1992; Mészáros, 1995). E, talvez, nunca na história da humanidade, uma experiência histórica de tamanho impacto tenha sucumbido de forma tão avassaladora.

Se tais premissas são verdadeiras, o conjunto de proposições que normalmente se segue, enquanto conclusão desse argumento, é absolutamente falacioso. Estou me referindo às afirmações sobre a "falência das utopias", às teses sobre "o fim da história" e, sobretudo – o que nos interessa mais de perto –, à "perenização do capitalismo e da ordem burguesa" (Netto, 1993, p.7).

Não vou me deter na questão da crise do socialismo real, alvo de atenção de um considerável conjunto de estudos, com angulações de análise, impostações teóricas e envergaduras diversas (Baudouin, 1991; Blackburn, 1991 e 1992; Callinicos, 1992; Coutinho, 1992; Hobsbawn, 1992; Kurz, 1992; Lipietz, 1991; Milliband, 1989; Netto, 1993, entre outros). Estas palavras iniciais têm como intento introduzir a questão das crises do nosso século: a hipótese sustentada aqui é que o chamado mundo socialista não foi nem o primeiro, nem tampouco o único dos sistemas a experimentar um profundo quadro de crise. São as crises do capitalismo que devem lançar luzes sobre a hegemonia neoliberal, hoje.

Em termos bastante amplos, a primeira metade do nosso século assiste ao evolver do processo de trabalho que Marx delineou no século passado: grandes unidades fabris, estrutura verticalizada, gestão de trabalho estruturada segundo princípios tayloristas – tarefas fragmentadas, gerência científica, dissociação concepção-execução. A grande crise do final da década de 20 exige ajustes no modelo: conquanto forjado três lustros antes, pode-se dizer que é nesse momento que se consolida o modelo fordista, como um desenvolvimento da proposta taylorista. A fixação do trabalhador num determinado posto de trabalho com ferramentas especializadas e um sistema de automação que estabelece o ritmo do trabalho (a esteira mecânica) são suas características, e a produção em grande escala e consumo de massa, objetivos e conseqüências. Ambos os modelos – o primeiro focalizado na execução do trabalho do indivíduo e o segundo, no trabalhador coletivo – tinham o mesmo propósito: a intensificação do trabalho (Moraes Neto, 1989; Frigotto, 1995).

O aprofundamento fordista do modelo taylorista é complementado pelas teses keynesianas no segundo pós-guerra, como formas de enfrentamento da crise. Gesta-se o chamado *welfare state*, ou estado do bem-estar – como forma de garantir a estabilidade das democracias capitalistas desenvolvidas (Offe, 1991). As suas bases foram lançadas na Europa do pós-guerra; não exclusivamente, mas muito particularmente, no Reino Unido. Um breve excurso sobre o caso britânico será esclarecedor. O Reino Unido, centro e pólo mais desenvolvido do capitalismo no século passado, experimenta, nos primeiros anos deste século, um profundo declínio, parcialmente sustado com os esforços da guerra e com a subseqüente ajuda internacional. Forja-se, no contexto internacional de reorganização capitalista, o que se convencionou denominar *consenso*, um pacto político entre conservadores e trabalhistas, que tinha, como pontos não-negociáveis, alguns dos pressupostos que irão constituir a base do *welfare state*: além do papel do Estado e da administração da economia, o pleno emprego, a seguridade social, a construção do sistema nacional de saúde, entre outros pontos (Marquand, 1989; Clarke, 1989). A negociação internacional para viabilizar a estabilidade britânica naqueles anos é conduzida pelo próprio John Maynard Keynes.[2]

A realidade é que a reconstrução econômica e social britânica começa a fazer água, exatamente no seu flanco mais interessante, do ponto de vista das conquistas dos trabalhadores sob o primado do Capital: o *welfare state*.[3] A magia se esvai, o consenso se rompe e, nos anos 70, particularmente, uma ofensiva neoliberal é desencadeada; no Reino Unido, pela primeira ministra Margareth Thatcher – iniciando o desmonte da forma mais avançada que o capitalismo gestou do tratamento da questão.

No caso brasileiro, a questão do *welfare state* é controversa. Conquanto dificilmente possa se falar da construção de um estado do bem-estar em sentido restrito, observa-se no pós-64 um alavancamento das políticas sociais – particularmente, no bojo das estratégias de legitimação no período final da autocracia burguesa.[4] Sem apresentar as características históricas do *welfare state* – em

2 O âmbito e a envergadura deste artigo não permitem um enfoque mais aprofundado da questão das origens do neoliberalismo. Apenas para registro, as definições estabelecidas pela Conferência de Bretton Woods, no verão de 1944, imediatamente após o desembarque na Normandia – à qual esteve presente o Lord Keynes – são fundamentais para o entendimento do papel hegemônico que passa a desempenhar os Estados Unidos no contexto internacional – secundados e sustentados pelo Plano Marshall. O Banco Mundial/Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (Gatt) são alguns dos resultados tangíveis desse encontro que estabeleceu, como alguns dos mecanismos consensuais, o predomínio do livre-comércio, o financiamento internacional emergencial e a garantia para a reconstrução dos países aliados devastados pela guerra (Borón, 1995; Secco, 1995).

3 Uma instigante análise da questão – nomeadamente, o impacto da constituição do fundo público como um pressuposto para a acumulação do capital, com a emergência do "antivalor" – é encontrada em Francisco de Oliveira (1988).

4 Para abordagens da questão do *welfare state* e das especificidades do caso brasileiro, ver, entre outros, Draibe e Aureliano (1989); Cabral Neto (1993) e Senna *et al.* (1993). Tratamentos da questão das políticas sociais no

especial, a sua *positividade*, uma vez desenvolvida no contexto da miséria e exclusão social (Cabral Neto, 1993) –, as políticas sociais no Brasil caracterizam-se pelo seu baixo grau de eficácia, levando, com razão, Covre (1986) a denominar o quadro brasileiro "panorama dos direitos sociais ilusoriamente atendidos".

O neoliberalismo: origens, pressupostos e agenda

A situação aludida, evidentemente, não dizia respeito apenas ao Reino Unido: tratava-se de uma crise de amplas proporções. O mundo capitalista confrontava-se com uma longa e profunda recessão, com baixas taxas de crescimento e altas taxas de inflação (Anderson, 1995). As raízes da crise, de acordo com os propagadores dos ideais neoliberais, com Friedrich Hayek como um de seus principais mentores,[5] estariam, de maneira geral, no poder dos sindicatos e do movimento operário, que havia corroído as bases da acumulação capitalista, provocando um excessivo gasto social por parte do Estado.

Draibe (1993) assinala que, sem se constituir em um corpo teórico próprio, a ideologia neoliberal é, fundamentalmente, um conjunto de proposições políticas conjugando, no plano conceptual, uma atualização do liberalismo com formulações mais propriamente conservadoras e oriundas do darwinismo social.

Grosso modo, os anos 70 representam um marco, em duplo sentido: o quadro internacional de crise desencadeada pelos choques do petróleo e o início das transformações do processo produtivo em larga escala; os anos 80, a transição do reconhecimento da falência do padrão de regulação econômica – um momento de negação das políticas social-democratas, para uma mais agressiva tomada de posição no sentido da adequação aos novos parâmetros de competitividade das economias fundadas nas novas tecnologias e na globalização; e os anos 90, uma mudança da agenda neoliberal no sentido do resgate, em novo patamar, das políticas no campo social (Draibe, 1993, pp. 92-93).

Se rastrearmos o neoliberalismo no pós-guerra, verificaremos quatro grandes experimentos: 1. no Reino Unido de Margareth Thatcher (e, em moldes um pouco diferentes, nos Estados Unidos de Ronald Reagan) – daí, expandindo-se para todo o território europeu; 2. na Austrália e na Nova Zelândia (onde os próprios governos trabalhistas implementaram um devastador programa neoliberal); 3. no leste europeu, após o colapso do socialismo real, talvez o mais amplo e

período autocrático-burguês no Brasil são encontrados em Abranches (1985); Netto (1990), Yamamoto (1993) e Germano (1993).

5 Conforme Anderson (1995), quando da constituição das bases do *welfare state* na Europa do pós-guerra, Hayek realizou um encontro, na Suíça, com intelectuais que compartilhavam da mesma orientação ideológica, entre os quais, Milton Friedman, Karl Popper, Walter Lipman e Michael Polanyi, fundando-se a Sociedade de Mont Pèlerin, nome do local do evento. Entre seus objetivos fundamentais, estavam o combate ao keynesianismo e o solidarismo – lançando os pressupostos de um capitalismo sob novas bases.

profundo processo neoliberal do momento presente e, 4. na América Latina. Aqui, rigorosamente falando, ocorreu a primeira experiência neoliberal, antes mesmo do Reino Unido de Thatcher: trata-se da experiência chilena, durante a ditadura Pinochet. Após o Chile, depois a Bolívia, nos anos 70, seguiram-se o México (com Salinas) em 1988, a Argentina (com Menem) e a Venezuela (com Carlos Andrés Perez) em 1989; o Peru (com Fujimori) em 1990. O Brasil entra tardiamente nesse circuito, na década de 90, iniciando-se com Collor e consumando-se com o governo de Fernando Henrique Cardoso.

Classicamente, a agenda neoliberal significa contração da emissão monetária, elevação das taxas de juros, diminuição da taxação sobre os altos rendimentos, abolição de controles sobre os fluxos financeiros, criação de níveis massivos de desemprego, controle e repressão do movimento sindical, corte dos gastos sociais pela desmontagem dos serviços públicos e um amplo programa de privatizações. As grandes premissas da ideologia neoliberal são o estabelecimento do mercado como instância mediadora fundamental e a idéia do Estado minimalista como única alternativa para a democracia (Netto, 1993).

Contudo, a democracia, entendida ou não como valor universal (Coutinho, 1984; Weffort, 1984), necessita ser adjetivada. Não se trata de consagrar apenas – e não é pouco, é verdade – o estabelecimento de regras, a democracia formal, a democracia civil. É fundamental também que o ideal democrático atinja o campo societário. Se as proposições neoliberais são, de fato, o caminho para a democracia, é necessário atentar para as conseqüências que geram, nos seus diversos planos. Em especial, tocam-nos as conseqüências no plano social.

Neoliberalismo, políticas públicas e miséria social

A gestão das políticas no campo social é um dos elementos nodais do programa neoliberal, conforme delineado anteriormente. As inflexões nesse terreno, de um período inicial que preconizava, genericamente, cortes nos gastos sociais, desativação de programas e redução do papel do Estado, consubstanciam-se hoje em proposições concretas.

Estas orbitam, seguindo Draibe (1993), em torno de três grandes linhas: *descentralização*, *concentração* e *privatização*. A primeira seria uma forma de aproximar a gestão dos problemas, de forma a incrementar a eficácia e reduzir custos. Alimentando formas alternativas de oferta de serviços, viabiliza-se, inclusive, a participação de organismos não-governamentais, estabelecendo-se as "parcerias". Concentração pode ser traduzida como a focalização dos gastos públicos seletivamente, em setores escolhidos conforme parâmetros definidos politicamente. Finalmente, privatizar significa deslocamentos de serviços do setor público, seja para o setor privado com ou sem fins lucrativos (entidades filantrópicas, as ONGs em geral, etc.), seja, simplesmente, sua desativação. Seu me-

canismo inclui transferências de equipamentos/estabelecimentos e recursos para o setor privado; a simples desativação e/ou desregulamentação de setores monopolizados, induzindo uma demanda no setor privado e o financiamento público do consumo privado.

Se estas são as linhas gerais de ação, é importante que detectemos o movimento no campo neoliberal, no sentido de apreendermos as suas especificidades no que tange à América Latina.

Conforme Draibe (1993), é perceptível um deslocamento das prioridades e do tratamento da questão social nos anos 90. No bojo de uma atualização das teses do capital humano (Frigotto, 1995), há hoje uma retomada dos programas sociais, nos campos da educação (fundamentalmente, a educação básica e secundária), saúde (programas de saúde coletiva, prevenção e atenção primária) e infra-estrutura social (Draibe, 1993, p.93). Rigorosamente falando, esta questão nos remete à própria eficácia do programa neoliberal no desmonte do *welfare state*: alguns estudiosos (como Therborn e Anderson) apontam para sua *permanência*, conquanto com taxas reduzidas no que se refere ao crescimento dos gastos públicos (Anderson *et al.*, 1995).

Contudo, a análise deve ganhar nuanças diferentes quando enfocada a situação da América Latina.[6] Por um lado, a própria lógica do ideário neoliberal, nesta nova configuração, apresenta-se no discurso e nas políticas implementadas: o combate aos bolsões de pobreza – além de parte das exigências de competitividade colocadas pelas mudanças nos processos de trabalho – torna-se um imperativo para garantir a estabilidade e a governabilidade – reeditando, de uma certa forma, os programas "redistributivos" destinados aos "carentes" no período final da autocracia burguesa (Germano, 1993; Yamamoto, 1993). Mas, por outro, é indispensável que coloquemos em perspectiva a questão das políticas públicas nessas nações, como o Brasil, que, conforme já assinalamos, rigorosamente falando, não tiveram um *welfare state*. Nesse sentido, o impacto das reordenações da agenda neoliberal no Brasil deve considerar o terreno no qual está sendo edificada, caracterizada por uma desigual distribuição de renda e já num processo de acelerada deterioração dos serviços públicos.

É conveniente, aqui, apresentar alguns dados que possibilitem visualizar a dimensão da crise do mundo capitalista no que se refere ao plano social.

O quadro de miséria é de tal forma dramático que, em algumas nações subdesenvolvidas, as expectativas de vida somente podem ser equiparadas às observadas na Idade Média: contra uma expectativa média de vida no ano de 1275 na Europa, de 35 anos (Fossier, 1982), na Gâmbia de hoje, ela é de apenas 33,5 anos para os homens e 36,5 anos para as mulheres. Na faixa de 40 anos de expectativa de vida, figura um imenso número de nações, como Ban-

6 Com a ressalva do caso chileno. Conquanto experimento pioneiro da agenda neoliberal, o Chile – nação do cone sul com o *welfare state* mais estruturado – logrou manter algumas de suas características e os patamares dos gastos sociais após 20 anos de *pinochetismo*.

gladesh, República Centro-Africana, Chade, Etiópia, etc. Os dados brasileiros são de 61 anos para os homens e 63 anos para as mulheres (Thomas, 1987).

Os índices de mortalidade infantil, de subnutrição, de analfabetismo, para citar apenas mais alguns referentes, são alarmantes. Novamente, na Gâmbia, o índice de mortalidade para cada 1.000 nascimentos é de 205,5; 154 na República Centro-Africana; 152 em Senegal, entre outros. No Brasil, o índice é de 62,2 mortes para cada 1.000 nascimentos (Thomas, 1987). Entre os países latino-americanos, Haiti tem 90% de subnutridos; Guatemala, 69%. O índice brasileiro aqui é extremamente alto: 49% contra apenas 8% da Argentina (Wilkie & Ochoa, 1989). Seguem-se os percentuais de analfabetismo de alguns países: Nigéria, 86%; Chade, 74%; Senegal, 72%; Bangladesh, 70,8%. O índice brasileiro é de 22,2% (Smith-Morris, 1990).

É importante ressaltar que os dados brasileiros, embora melhores comparativamente a algumas nações subdesenvolvidas, não é nada alentador: 49% da população brasileira vive abaixo dos limites da pobreza; 25% abaixo da linha da pobreza absoluta (Smith-Morris, 1990).

Evidentemente, uma comparação com algumas das nações mais industrializadas mostra a crueza da desigualdade que impera. As expectativas de vida na Bélgica, França, Alemanha, Japão, Reino Unido e Estados Unidos, por exemplo, ultrapassam 70 anos; os índices de mortalidade não passam de 10 para 1.000 nascimentos; e o analfabetismo virtualmente inexiste (à exceção dos Estados Unidos, onde o índice é de 4%) (Smith-Morris, 1990). Apenas como referência, os dados cubanos são bastante próximos: expectativa de vida em 72/76 anos para homens/mulheres; mortalidade infantil de 15/1.000 e 3,8% de analfabetismo (Smith-Morris, 1990).

No entanto, os sinais mais evidentes da crise localizam-se exatamente nesses países. Nos Estados Unidos, observa-se hoje um índice de 10 a 20 milhões de subalimentados crônicos (Netto, 1993); o desemprego atingindo 29% de residentes em South Florida também nos Estados Unidos (Hobsbawn, 1992). A produção alemã caiu, no ano de 1993, 2,4%, contra 4,2% da Suécia. Do pleno emprego da década de 60, defrontamo-nos com um quadro de 18 milhões de desempregados, ou seja, 11% da população economicamente ativa da Europa (*Veja*, 1994). Nem mesmo o Japão, modelo de eficiência e sucesso do mundo capitalista, escapa dessa crise, apresentando pela primeira vez em muitos anos um índice negativo de crescimento econômico e apontando, no horizonte, um assustador processo recessivo. O produto interno bruto, que no ano de 1988 acusou um crescimento na ordem de 6,2%, sofreu, no ano de 1993, uma queda de 0,5%, pior índice desde 1974, ano da crise provocada pelo aumento dos preços do petróleo. O índice de desemprego subiu de 2,0% em 1980 para 2,8% em 1993 (*Veja*, 1994).

Alguns poucos dados atualizados acerca da realidade brasileira permitem vislumbrar o impacto da agenda neoliberal: de acordo com o Banco Mundial,

em seu relatório de 1992, o Brasil é a nação que não somente se encontra entre as seis de maior concentração de renda, como também a encabeça![7] Por outro lado, as despesas do governo em percentual do PIB, em 1990, mostram que o Brasil gasta metade do Grupo dos Sete, de Botsuana, Namíbia e Omã, uma terça parte da Checoslováquia e quase uma quarta parte da Bulgária, para citar apenas alguns exemplos.[8]

Um último aspecto que vale a pena ressaltar acerca da hegemonia neoliberal diz respeito aos êxitos do seu projeto: conforme aponta Anderson (1995), excluindo-se casos pontuais, ele pode ser considerado um sucesso no que tange à deflação, taxas de lucros nos países centrais, crescimento das taxas de desemprego e controle dos salários, associado à derrocada dos movimentos sindical e populares organizados. No entanto, se as medidas visavam reanimar o capitalismo mundial, recuperando taxas de crescimento estáveis, os resultados são desanimadores – estando muito longe dos patamares dos anos 50 e 60. Desnecessário dizer que a propalada via única para a democracia mal se restringiu ao aspecto civil e, evidentemente, não se estendeu ao campo societário.

A agenda neoliberal e as implicações para a psicologia no Brasil

Se pudéssemos sintetizar, em poucas palavras, a situação brasileira hoje, enfatizaríamos, de um lado, a marcante presença neoliberal e sua perspectiva minimalista com relação ao Estado e uma reorganização dos processos capitalistas de produção, propiciada pela chamada *revolução informacional*, no contexto da globalização da economia;[9] e, de outro, o progressivo processo de exclusão social, a outra face da medalha da agenda neoliberal.

O que seria quebrar barreiras, para a psicologia – tema geral deste evento –, nesse quadro? Antes de discutirmos essa questão, é necessária uma última digressão sobre a psicologia brasileira.

Como é de conhecimento geral, a psicologia, como profissão, foi regulamentada em 1962, pela lei 4.119. Nesses pouco mais de 30 anos de profissão, a situação, em linhas bastante gerais é a seguinte: de acordo com dados de 1995 (CRP/06, 1995), o total de psicólogos em atuação no Brasil é de 86.313. A distribuição dos profissionais pelas regiões do Brasil, contudo, é bastante desequilibrada: somente no estado de São Paulo estão inscritos mais de uma ter-

7 A base do cálculo é o número de vezes que as 20% mais ricas são mais ricas que as 20% mais pobres. O Brasil lidera com 26,1, seguido por Botsuana (23,6), Costa Rica (16,5), Colômbia (13,3), Tailândia (13,3) e Peru (11,8) (Helene, 1994, p.61).

8 Brasil, 20-25; Grupo dos Sete (EUA, Canadá, França, Reino Unido, Japão, Itália e Alemanha), 39,8; Botsuana, 42,2; Namíbia, 42,8; Checoslováquia, 61,6 e Bulgária, 76,9 (Helene, 1994, p.63).

9 Para análises sobre o processo de globalização e a mudança das bases técnicas da produção, ver, entre outros, Schmitz e Carvalho (1988); Cano (1993); Lipietz (1993); Callinicos *et al.* (1994); Held (1994); Ianni (1994); Souza (1994); Teixeira (1994); Antunes (1995); Frigotto (1995); Lojkine (1995); Piven (1995) e Secco (1995).

ça parte desses profissionais (39,14%); somado ao Rio de Janeiro e Minas Gerais, o percentual será de 70,3% do total. Todos os estados do Nordeste, somados, mal atingem 10%.

Quanto aos demais indicadores do exercício profissional, os dados mais completos são ainda de um levantamento do Conselho Federal de Psicologia, de 1988. Alguns deles: mais da metade dos egressos dos cursos de psicologia não chegam sequer a solicitar registro nos conselhos de psicologia (Rosas *et al.*, 1988); dos que trabalham, cerca de 30% estavam desempregados (D'Amorin, 1988). A distribuição pelas áreas era a seguinte: 55,7% na área clínica, 19,2% na organizacional/industrial e 11,7% na área escolar (Rosas *et al.*, 1988; Bastos, 1988). O rendimento médio, 11 salários mínimos em São Paulo, 6 em Recife.

Reportemo-nos ao estudo de Sylvia Leser de Mello, de 1975, o primeiro a abordar de forma sistemática a profissão do psicólogo. Embora restrito a São Paulo – e num momento em que a psicologia começava apenas a despontar –, este estudo tem a virtude de fazer uma avaliação bastante acurada da realidade e, sobretudo, de colocar questões vitais. No contexto de uma defesa veemente da psicologia, Sylvia Leser denunciava o empobrecimento radical de uma ciência e uma profissão que assumiam, como atividade prioritária, o atendimento aos problemas íntimos dos privilegiados, transformando-se em uma "atividade de luxo" (Mello, 1975, p. 109).

Botomé (1979), retomando a mesma linha de raciocínio, cruzava dados referentes à distribuição de renda no Brasil e honorários profissionais cobrados em consultório particulares – a atividade primordial dos psicólogos pelos levantamentos feitos – e concluía que apenas 15% da população tinha acesso aos serviços dos psicólogos. A pergunta que fazia, então, era: não necessitam os restantes 85% da população de atendimento psicológico?

Estamos falando de avaliações feitas há mais de dez anos. E hoje, tais questões se colocam?

Se observarmos as publicações mais recentes do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 1992, 1994) – que tem se pautado por uma linha editorial bastante consistente no que tange às reflexões acerca dos rumos da profissão – vamos verificar que estas têm apontado, claramente, uma tendência: a busca de construção de novas modalidades de ação, a busca de novos espaços.

A referência a novas modalidades de ação, na realidade, tem dois significados. De uma parte, ela diz respeito às atividades exercidas em áreas distintas das três áreas tradicionais da psicologia, clínica, escolar e industrial, na classificação utilizada no trabalho pioneiro de Mello (1975). São espaços novos o trabalho em hospitais, no campo jurídico, nos esportes, na publicidade, no trânsito, entre outros. Mas, talvez mais importante, o segundo significado pode ser o de práticas emergentes no interior das atividades tradicionais e ainda dominantes dos psicólogos (CFP, 1994).

Recentemente, Mello (no prelo), questionada sobre a situação atual da Psicologia, passados 20 anos da defesa de sua tese – e da cobrança de mudanças da Psicologia –, respondia que via com muita esperança alguns dos desdobramentos atuais, nomeadamente, a própria mudança de denominação da área clínica, englobada por uma categoria mais geral de "psicologia da saúde" – como sugere a classificação resultante do recadastramento dos psicólogos da região 6 (CRP/06, 1995).

De fato, a classificação é sugestiva. "Saúde" como uma área representa um entendimento mais amplo das potencialidades de ação dos psicólogos que "Clínica": ela aponta para a inserção do profissional na vasta rede de atendimento daquela população excluída do atendimento privilegiado de que nos falava Mello. "Educação", em vez de "Escolar", também tem o sentido mais amplo que este último termo, indicando as possibilidades de trabalho educacional não somente circunscrito aos limites da instituição escolar formal. E "Trabalho", em vez de "Organizacional" ou "Industrial", diz respeito ao pólo excluído do atendimento do psicólogo, se tomarmos como referência a concepção marxiana de classes sociais.

Mas, detenhamo-nos um pouco mais nessa classificação – e nos dados desse recadastramento. Embora diga respeito à região 6, ela é elucidativa como tendência do próprio movimento, por ser aquela na qual a psicologia se encontra mais desenvolvida. A área da saúde conta com mais da metade dos profissionais (54,67%); seguidos de educação (17,86%), trabalho (13,05%) e social (5,48%).

Este quadro se nos afigura promissor, uma vez que mais da metade dos profissionais de psicologia encontra-se, efetivamente, envolvida com a área da saúde. Mas, se consultarmos os dados referentes ao local do trabalho, verificaremos que 40,75% *do total dos psicólogos* (não somente dos profissionais da área!) exerce suas atividades no... consultório particular!

A conclusão possível de extrair-se daqui não é a de que a psicologia não esteja em processo de transformação, ou que não tenha possibilidades para tanto. O que é importante reter é que não podemos nos iludir apenas com mudanças de nomenclatura. Se, de fato, as perspectivas de atuação na área da saúde são mais amplas e promissoras, a realidade atual não nos dá muitos motivos para júbilo.

Além disso, se situarmos, conforme essa análise, a psicologia no campo do bem-estar, as perspectivas também não são muito animadoras, diante do quadro da desmontagem do atendimento público. Conquanto seja visível nos países do hemisfério norte a tendência apontada de um resgate – dentro de estritos parâmetros neoliberais – da preocupação com as questões sociais, em nações como o Brasil, cuja história registra uma frágil constituição do atendimento público no setor do bem-estar social, o quadro se nos afigura mais próximo ao experimentado nos anos iniciais da ofensiva neoliberal no Reino Unido de

Thatcher.[10] Nesse contexto, o estabelecimento – e consolidação – dos psicólogos no terreno do bem-estar deverá, sem dúvida, ser resultado, de um lado, da própria resistência dos setores organizados da sociedade em defesa do direito ao atendimento público nos setores essenciais, e de outro, da própria mobilização e conquista de espaço dos profissionais.

Mas, para além da questão das áreas e locais de trabalho, subsiste um outro problema, já apontado por alguns estudiosos (Campos, 1983; Yamamoto *et al.*, 1990): a mudança de foco de atenção do psicólogo será uma questão simples? Dito de outra forma: são o arsenal teórico-metodológico e a tecnologia que a psicologia gerou até hoje – que têm servido, bem ou mal, para o atendimento daquelas parcelas privilegiadas da população –, adequados para lidar com as questões desta imensa parcela de excluídos? E tem o profissional, hoje formado em nossas universidades, condições para lidar com uma problemática que é absolutamente alheia ao que lhe foi ensinado?

Dificilmente encontraríamos respostas simples para tais questões. De mais a mais, possivelmente elas não teriam uma validade geral, dada a discrepância de formações. Mas, uma coisa parece-me importante resgatar: não basta o psicólogo mudar simplesmente de cliente: há necessidade de uma revisão dos arcabouços teóricos que nutrem a sua prática.

Em suma: o que significa quebrar barreiras na psicologia, hoje? O entendimento que proponho, para que possa ser debatido neste encontro, é: as barreiras que necessitam ser rompidas são as de uma compreensão tecnicista, fragmentada, restrita da psicologia – adstrita aos marcos das disciplinas estanques. A barreira, enfim, que necessita ser superada, é aquela do limitado significado social da profissão, na direção de uma prática que tenha uma substantiva contribuição a dar no quadro da brutal iniqüidade social, que é a marca mais pungente da realidade brasileira hoje.

Referências bibliográficas

Abranches, S. H. (1985) – **Os despossuídos: crescimento e pobreza no país do milagre**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2ª edição.

10 Um indicador dessa tendência é a proposta das *organizações sociais* apresentada pelo governo F. H. Cardoso. Veja-se o documento contendo o Anteprojeto de Lei, sem número, que "Dispõe sobre as entidades qualificadas como Organizações Sociais e dá outras providências". O texto prevê, no seu artigo 1°, que as Organizações Sociais são "entidades públicas não-estatais, constituídas sob a forma de fundação privada ou sociedade civil sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas à prestação de serviços nas áreas de saúde, previdência e assistência social, educação, cultura, desporto, ciência e tecnologia, pesquisa, comunicação social, meio ambiente, proteção à família, à criança, ao adolescente, ao idoso e ao índio, além de outros serviços de interesse coletivo ou de natureza assistencial, desde que atendam as condições estabelecidas nesta Lei". Conquanto carente de uma análise mais acurada, este tipo de empreendimento pode dar lugar a uma aceleração do processo de descomprometimento do Estado com as questões sociais.

Anderson, P. (1995) – Balanço do neoliberalismo. In: Sader, E. e Gentili, P. (orgs.) – **Pós-neoliberalismo – as políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Anderson, P., Therborn, G., Borón, A., Sader, E. e Salama, P. (1995) – A trama do neoliberalismo: mercado, crise e exclusão social. In: Sader, E. e Gentili, P. (orgs.) – **Pós-neoliberalismo – as políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Antunes, R. (1995) – **Adeus ao trabalho? Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo, Cortez, 2ª edição.

Bastos, A.V.B. (1988) – Áreas de atuação: em questão o nosso modelo profissional. In: Conselho Federal de Psicologia. **Quem é o psicólogo brasileiro?** São Paulo, Edicon, pp. 163-193.

Baudouin, J. (1991) – **Mort ou déclin du marxisme?** Paris, Montechrestien.

Blackburn, R. (1991) – Fin de siècle: socialism after the crash. **New Left Review, 185**:5-66.

_____. (org.) (1992) – **Depois da queda (O fracasso do comunismo e o futuro do socialismo)**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Borón, A. (1995) – A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: Sader, E. e Gentili, P. (orgs.). **Pós-neoliberalismo – as políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Botomé, S.P. (1979) – A quem nós, psicólogos, servimos de fato? **Psicologia, 5**(1):1-15.

Cabral Neto, A. (1993) – Notas sobre o estado do bem-estar social. **Educação em Questão, 5**(2):19-51.

Callinicos, A. (1992) – **A vingança da história (O marxismo e as revoluções do leste europeu)**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

_____. Rees, J, Harman, C. e Haynes, M. (1994) – **Marxism and the new imperialism**. Londres, Chicago; Melboune, Bookmarks.

Campos, R.H.F. (1983) – A função social do psicólogo. **Educação & Sociedade, 16**:74-84.

Cano, W. (1993) – **Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional**. Campinas, Editora da Unicamp; São Paulo, Fapesp, 2ª edição.

Clarke, P. (1989) – Commentary two. In: Gorst, A., Man, J. e Lucas, W.S., (orgs.) – **Post-war britain, 1945-64 (Themes and perspectives)** – Londres/New York, Pinter/The Institute of Contemporary British History.

Conselho Federal de Psicologia. (1992) – **Psicólogo brasileiro: construção de novos espaços**. Campinas, Átomo.

_____. (1994) – **Psicólogo brasileiro: práticas emergentes e desafios para a formação**. São Paulo, Casa do Psicólogo.

Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região (CRP/06) (1995) – **Formação, atuação profissional e mercado de trabalho**. São Paulo, CRP/06.

Coutinho, C. N. (1984) – **A Democracia como valor universal e outros ensaios.** Rio de Janeiro, Salamandra, 2ª edição.

_____. (1992) – **Democracia e socialismo.** São Paulo, Cortez/Autores Associados.

Covre, M. L. M. (org.) (1986) – **A cidadania que não temos.** São Paulo, Brasiliense.

D'Amorim, M. A. (1988) – Emprego e desemprego. In: Conselho Federal de Psicologia. **Quem é o psicólogo brasileiro?** São Paulo, Edicon, pp. 138-148.

Draibe, S. M. (1993) – As políticas sociais e o neoliberalismo. **Novos Estudos Cebrap**, (17):86-101.

_____. e Aureliano, L. (1989) – A especialidade do *welfare state* brasileiro. In: **Reflexões sobre a natureza do bem-estar.** Brasília, MPAS/Cepal.

Fossier, R. (1982) – **Enfance de l'europe.** Paris, P.U.F., Vol. 1.

Frigotto, G. (1995) – **A educação e a crise do capitalismo real.** São Paulo, Cortez.

Germano, J. W. (1993) – **Estado militar e educação no Brasil (1964/1985).** São Paulo, Cortez/Autores Associados.

Held, D. (1994) – Democracia e globalização. **Revista Novos Rumos, 9**(23):5-8.

Helene, O. (1994) – Quatro problemas nacionais brasileiros. **Universidade e Sociedade, 4**(6):60-66.

Hobsbawn, E. (1992) – The crisis os today's ideologies. **New Left Review, 192**:55-64.

Ianni, O. (1994) – O mundo do trabalho. **São Paulo em Perspectiva, 8**(1):2-12.

Kurz, R. (1992) – **O colapso da modernização.** Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Lipietz, A. (1991) – As crises do marxismo. **Novos Estudos Cebrap, 30**:99-110.

_____. (1993) – **Towards a new economic order: postfordism, ecology and democracy.** Cambridge, Polity Press.

Lojkine, J. (1995) – **A revolução informacional.** São Paulo, Cortez.

Marquand, D. (1989) – The decline of post-war consensus. In. Gorst, A., Man J. e Lucas, W. S. (orgs.) – **Post-War Britain, 1945-64 (Themes and perspectives).** Londres/New York, Pinter/The Institute of Contemporary British History.

Mello, S. L. (1975) – **Psicologia e profissão em São Paulo.** São Paulo, Ática.

_____. (no prelo) – Entrevista: Sylvia Leser de Mello. **Estudos de Psicologia/UFRN**

Mészáros, I. (1995) – O marxismo hoje (entrevista) – **Crítica Marxista, 1** (2):129-137.

Milliband, R. (1989) – Reflections on the crisis of communist regimes. **New Left Review, 177**:27-36.

Moraes Neto, B. R. (1989) – **Marx, Ford, Taylor: as forças produtivas em discussão.** São Paulo, Brasiliense.

Netto, J. P. (1990) – **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. São Paulo, Cortez.

_____. (1993) – **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo, Cortez.

Offe, K. (1991) – **Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, vol. 2, Perspectivas.

Oliveira, F. (1988) – O surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público. **Novos Estudos Cebrap**, (22):8-28.

Piven, F. F. (1995) – Is it global economics or neo-laissez-faire? **New Left Review, 213**:107-114.

Rosas, P., Rosas, A. e Xavier, I.B. (1988) – Quantos e quem somos. In: Conselho Federal de Psicologia. **Quem é o psicólogo brasileiro?** São Paulo, Edicon, pp. 32-48.

Schmitz, H. e Carvalho, R. Q. (orgs.) (1988) – **Automação, competitividade e trabalho: a experiência internacional**. São Paulo, Hucitec.

Secco, L. (1995) – A crise da Sociedade do Trabalho. **Praxis**, (3):51-69.

Senna, E., Pessanha, E. C. e Sousa, S. Z. (1993) – Burocracia e sociedade de classe. **Educação em Questão**, 5(2):52-74.

Smith-Morris, M. (org.) (1990) – **The Economist book of vital statistics**. Londres, Hutchinson.

Souza, A. M. T. de (1994) – A crise contemporânea e a nova ordem mundial – as forças produtivas e as classes sociais na atual ordem hegemônica. **Universidade e Sociedade** (6):30-39.

Teixeira, F. J. S. (1994) – Notas para uma crítica do fim da sociedade do trabalho. **Universidade e Sociedade** (6):21-29.

Thomas, G. (org.) (1987) – **Encyclopedia of the third world**, 3 vol. New York/Oxford, Facts on File, 3ª edição.

Veja. (1994) – O Japão baixa a cabeça. **Veja**, 1325: 82-84.

Weffort, F. C. (1984) – **Por que democracia?** São Paulo, Brasiliense.

Wilkie, J.W. e Ochoa, E. (orgs.) (1989) – **Statistical abstract of Latin America**. Los Angeles, Ucla Latin American Center Publications, vol. 27.

Yamamoto, O. H. (1993) – Educação e direitos sociais: o legado da autocracia burguesa. **Educação em Questão**, 5(2):92-123.

_____. Souza, I.M.S., Oliveira, J.A., Silva L.N.M., Freire, M.A.A., Rocha, R.M. e Alves Filho, S. (1990) – A psicologia escolar em Natal: características e perspectivas. **Psicologia: ciência e profissão, 2/3/4**, pp. 40-49.